



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Transportes

Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro - CODERTE

BALANÇO PATRIMONIAL

<u>ATIVO</u>	<u>Exercícios Findos em</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<u>CIRCULANTE</u>		
Caixa e Equivalentes de Caixa	11.108.159,06	10.864.693,23
Contas a Receber	29.035.846,32	29.858.000,83
Devedores - Entidades e Agentes	2.521.374,32	1.641.468,48
Adiantamentos a Empregados	82.524,12	1.900,90
Créditos de Tributos e Contribuições	2.650.899,89	2.379.895,18
Almoxarifado Interno	60.254,83	59.100,74
	<u>45.459.058,54</u>	<u>44.805.059,36</u>
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
<u>Investimentos</u>		
Participações Societárias	200.886,10	200.886,10
Participações em Fundos e Condomínios	173.009,00	173.009,00
	<u>373.895,10</u>	<u>373.895,10</u>
<u>Imobilizado</u>		
Bens Imóveis	30.298.576,28	30.298.576,28
(-) Depreciação Acumulada - Imóveis	-15.977.719,26	-15.163.187,23
Bens Móveis	768.023,93	768.023,93
(-) Depreciação Acumulada - Móveis	-414.758,68	-406.062,64
	<u>14.674.122,27</u>	<u>15.497.350,34</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>60.507.075,91</u>	<u>60.676.304,80</u>
 RONALDO MONTEIRO FRANCISCO Diretor Presidente  ÁLVARO BEZERRA SILVA Diretor de Administração e Finanças  SEBASTIÃO ALVES DE CASTRO Contador - CRC/RJ Nº 035.055/O		



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Transportes
Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro - CODERTE

BALANÇO PATRIMONIAL

	Exercícios Findos em	
	31/12/2016	31/12/2015
<u>PASSIVO</u>		
<u>CIRCULANTE</u>		
Pessoal a Pagar	227.179,19	1.650,92
Fornecedores	775.192,69	708.952,49
Consignações e Depósitos	1.412.683,98	806.478,60
Obrigações Sociais e Fiscais	176.595,83	24.791,50
Encargos Sociais a Recolher	130.756,74	114.000,89
Obrigações de Exercícios Anteriores	0,00	5.189,10
Provisões Férias	852.250,39	852.250,39
Obrigações Intragovernamentais	2.972,09	
Outras Obrigações a Pagar - Refis	2.550.026,58	1.546.100,16
Dividendos a Pagar	1.654.851,68	1.654.851,68
	7.782.509,17	5.714.265,73
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Obrigações Sociais e Fiscais - Refis	11.283.803,94	14.105.221,46
Obrigações Assumidas pelo Governo	2.783.879,00	2.783.879,00
Provisões para Contingências	12.334.791,35	8.928.467,04
Outras Provisões	331.293,94	331.293,94
Receitas Diferidas	1.260,00	1.260,00
	26.735.028,23	26.150.121,44
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>		
Capital Social	16.872.235,78	16.872.235,78
Reserva de Capital	8.259.944,94	8.259.944,94
Reserva de Lucros	2.943.785,00	2.943.785,00
Reserva de Legal	567.493,04	567.493,04
Lucro e Prejuízo Acumulado	-2.653.920,25	168.458,87
	25.989.538,51	28.811.917,63
TOTAL DO PASSIVO	60.507.075,91	60.676.304,80


RONALDO MONTEIRO FRANCISCO
Diretor Presidente


ÁLVARO BEZERRA SILVA
Diretor de Administração e Finanças

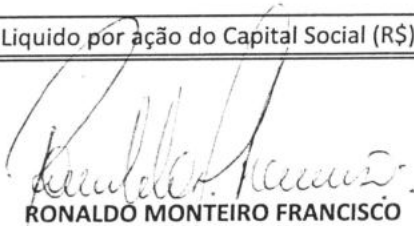

SEBASTIÃO ALVES DE CASTRO
Contador - CRC/RJ Nº 035.055/O



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Transportes
Companhia de Desenvolvimento Rodoviário do Estado do Rio de Janeiro - CODERTE

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE

	Exercícios Findos Em	
	31/12/2016	31/12/2015
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS		
Prestação de Serviços	20.775.777,52	20.928.156,29
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS		
Imposto sobre Serviços	(41.336,37)	(264.340,56)
P I S / P A S E P	(454.586,73)	(290.038,31)
C O F I N S	(1.493.742,91)	(1.335.934,08)
RECEITA LÍQUIDA	18.786.111,51	19.037.843,34
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Pessoal e Encargos Sociais	(8.143.555,98)	(9.931.254,40)
Serviços de Terceiros	(8.163.449,12)	(8.726.370,98)
Despesas Tributárias	(298.939,04)	(285.239,88)
Despesas Gerais	(6.140.979,24)	(14.122.638,23)
Outras Receitas	2.481.604,05	8.123.532,97
	(20.265.319,33)	(25.045.913,66)
LUCRO OPERACIONAL LÍQUIDO	(1.479.207,82)	(5.904.127,18)
LUCRO LÍQUIDO ANTES DO IRPJ E DA CSLL	(1.479.207,82)	(5.904.127,18)
Imposto de Renda	(773.507,05)	(70.075,84)
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(342.740,82)	(33.867,30)
Lucro Líquido do Exercício	(2.595.455,69)	(6.008.070,32)
Quantidade de Ações	526.313	526.313
Lucro Líquido por ação do Capital Social (R\$)	(4,93)	(11,42)


RONALDO MONTEIRO FRANCISCO
Diretor Presidente


ÁLVARO BEZERRA SILVA
Diretor de Administração e Finanças


SEBASTIÃO ALVES DE CASTRO
Contador - CRC/RJ Nº 035055/O-4



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO E TERMINAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CODERTE

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016

CONTA	DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE LUCROS			LUCRO/PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
				RESERVA LEGAL	RESERVA DE LUCROS	TOTAL		
Saldo em 01 de janeiro de 2015		16.872.235,78	8.259.944,94	567.493,04	2.376.291,96	2.943.785,00	7.834.692,39	35.910.658,11
Ajustes de exercício anteriores								
Resultado do Exercício							-1.090.670,16	-1.090.670,16
Constituição de Reservas							-6.008.070,32	-6.008.070,32
Res Reservas								
Saldo em 31 de Dezembro de 2015		16.872.235,78	8.259.944,94	567.493,04	2.376.291,96	2.943.785,00	735.951,91	28.811.917,63
Movimentação do Período							-7.098.740,48	-7.098.740,48
Saldo em 01 de Janeiro de 2016		16.872.235,78	8.259.944,94	567.493,04	2.376.291,96	2.943.785,00	735.951,91	28.811.917,63
Ajustes de Exercício Anteriores							-226.923,43	-226.923,43
Resultado do Exercício							-2.595.455,69	-2.595.455,69
Destinação Reservas								
Dividendos Obrigatórios								
Saldo em 31 de dezembro de 2016		16.872.235,78	8.259.944,94	567.493,04	2.376.291,96	2.943.785,00	-2.086.427,21	25.989.538,51
Movimentação do Período							-2.822.379,12	-2.822.379,12

RONALDO MONTEIRO FRANCISCO
Diretor Presidente

ÁLVARO BEZERRA SILVA
Diretor de Administração e Finanças

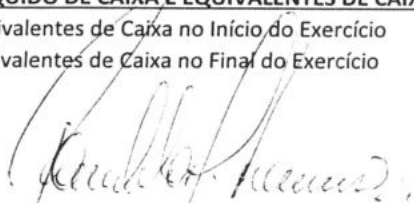
Álvaro Bezerra Silva
Diretor de Administração e Finanças
CORDERTE - ID: 1043833-8

SEBASTIÃO ALVES DE CASTRO
Assessor de Contas
Contador - CRC/RJ Nº 035883-3
Matr.: 29.948 / ID.: 5076059-4



CODERTE - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO E TERMINAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO	Exercícios Findos Em	
	31/12/2016	31/12/2015
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-2.595.455,69	-6.008.070,32
(+/-) AJUSTES AO LUCRO LÍQUIDO:		
Depreciação	823.228,07	812.108,60
Receitas de Atualização de Títulos		
Ajustes de Exercício anteriores	336.917,74	-1.090.670,16
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	-1.435.309,88	-6.286.631,88
ATIVO CIRCULANTE (ACRÉSCIMOS (DECRÉSCIMOS))		
Contas Receber de clientes	-822.154,51	-952.867,45
Créditos de Tributos e Contribuições	271.004,71	121.306,26
Devedores - Entidades e Agentes	879.905,84	392.432,15
Almoxarifado Interno	1.154,09	402,03
Depósitos Judiciais e cauções	0,00	0,00
Adiantamentos	80.623,20	-1.900,90
Despesas Pagas Antecipadas	0,00	0,00
Imobilizado	0,00	0,00
PASSIVO CIRCULANTE (ACRÉSCIMOS (DECRÉSCIMOS))		
Fornecedores	66.240,20	110.194,93
Depósitos e Consignações	606.205,38	116.177,17
Obrigações Sociais e Fiscais	151.804,33	-150.533,21
Encargos Sociais a Recolher	16.755,85	-41.749,79
Pessoal a Pagar	225.528,27	-75.643,19
Obrigações Intragovernamentais	2.972,09	-14.382,70
Obrigações Tributárias	0,00	0,00
Provisões a Férias	0,00	217.462,97
Provisões 13º Salário	0,00	0,00
Outras Provisões	0,00	0,00
Obrigações de Exercícios Anteriores	-5.189,10	0,00
Sentenças Judiciais - Pessoal	0,00	0,00
Outras Obrigações a Pagar - Refis	1.003.926,42	-211.052,76
ATIVO NÃO CIRCULANTE (ACRÉSCIMOS (DECRÉSCIMOS))		
Depósitos Judiciais e cauções		
PASSIVO NÃO CIRCULANTE (ACRÉSCIMOS (DECRÉSCIMOS))		
Obrigações Sociais e Fiscais - REFIS	-2.821.417,52	8.319.455,72
Outras obrigações (Contingências)	3.406.324,31	-3.756.123,11
Outras Provisões	0,00	329.253,91
Receita Diferida	0,00	-3.360,00
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.628.373,68	-1.887.559,85
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição/venda de investimentos	0,00	-88.398,01
Aquisição/venda de bens do Ativo imobilizado	0,00	-254.316,00
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	0,00	-342.714,01
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	243.465,83	-2.230.273,86
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	10.864.693,23	13.094.967,09
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	11.108.159,06	10.864.693,23


RONALDO MONTEIRO FRANCISCO
Diretor Presidente


ÁLVARO BEZERRA SILVA
Diretor de Administração e Finanças


SEBASTIÃO ALVES DE CASTRO
Contador - CRC/RJ Nº 035.055/O



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Transportes
Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro - CODERTE

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

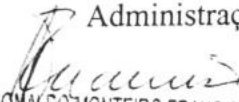
A Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro – CODERTE, é uma sociedade de economia mista, constituída pelo Estado do Rio de Janeiro, por meio do Decreto-Lei nº 87, de 02 de maio de 1975, entidade da administração indireta, vinculada à Secretaria de Estado de Transporte – SETRANS.

A CODERTE tem como objeto social:

- Projetar, construir terminais rodoviários, de passageiros e carga, terminais-garagem, abrigos de ônibus e estacionamentos públicos, terminais marítimos e fluviais;
- Cobrar e arrecadar tarifas de pedágio, e de utilização e arrendamento dos bens e serviços previsto anteriormente observada à legislação aplicável;
- Promover a análise de viabilidade técnico-econômica para implantação de vias expressas e terminais;
- Executar política comercial, criando fontes de receita;
- Executar a política de exploração de publicidade nos locais sob sua jurisdição;
- Administrar, fiscalizar e operar esses locais;
- Zelar pela segurança e bem estar dos respectivos usuários;
- Recrutar, preparar e selecionar pessoal para os seus serviços;
- Promover a construção de rodovias municipais, vicinais e de acessos a sedes municipais, dos municípios do Estado do Rio de Janeiro que participem de seu capital ou que tenham contratado seus serviços;
- Executar programas de manutenção de estradas municipais, mediante contratação e justa remuneração com os municípios interessados;
- Manter e explorar usinas de asfalto ou similares para utilização própria ou atendimento a órgãos públicos e empresas privadas mediante remuneração.

NOTA 2 – BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis da CODERTE são de responsabilidade de sua administração e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades do setor público, a Lei nº 6.404/76, com as alterações introduzidas pela nº 11.638/2007, aprovada em 28 de dezembro de 2007 e demais alterações, a Lei Estadual n.º 287, de 04 de dezembro de 1979, normas e instruções da Contadoria Geral do Estado – CGE e apresentadas conforme o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP do Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFE/RJ.


RONALDO MONTEIRO FRANCISCO
Diretor Presidente
CODERTE - Matr.: 29.665


RIVALDO DE SOUZA SILVA
Diretor de Administração e Finanças
CODERTE - Matr.: 19.433.368



Em atendimento às recomendações da Auditoria Geral do Estado, constantes no Parecer da Auditoria Geral do Estado, relativa à Prestação de Contas dos Ordenadores de Despesas do Exercício de 2013, (Processo nº E-10/004/164/2014, folha 343, item 3.3.8), de 10/03/2014, a partir do exercício de 2014 a Diretoria da CODERTE adotou, exclusivamente, para realização da sua escrituração contábil o sistema SIAFE, utilizado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, bem como em função das alterações realizadas na estrutura do referido sistema buscando adequá-lo as Normas da Convergência Contábil Brasileira. (Nota Explicativa nº 02).

NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis são:

a) Caixa e equivalente a caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações estão apresentadas considerando seu valor de realização, bem como os rendimentos incorridos até a data do encerramento do balanço.

b) Contas a receber de clientes

As contas a receber não possuem caráter financeiro e estão avaliadas pelo valor presente, o qual é representado pelo valor dos serviços prestados no momento inicial. Não foi constituída provisão para fazer em face de eventuais perdas na realização dos créditos.

c) Estoques

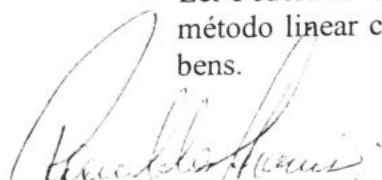
Os estoques de materiais de expediente e consumo, apresentados na rubrica "Almoxarifado interno", estão avaliadas ao custo médio das aquisições, que não excede o valor de mercado.

d) Estimativas contábeis

A administração está adotando medidas para que as estimativas sejam baseadas em fatores objetivos e subjetivos, necessários para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

e) Imobilizado

Está registrado ao custo de aquisição ou construção corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, inclusive pela correção monetária especial de acordo com a Lei Federal nº 8.200, 28 de junho de 1991. A depreciação é calculada segundo o método linear com base em taxas anuais que consideram a vida-útil econômica dos bens.


RONALDO MONTEIRO FRANCISCO
Diretor Presidente
CODERTE - Matr: 29.685
DL 42705/74


Diretor de Administração e Finanças
CODERTE - Matr: 13.137-8



f) Tributação

As receitas de prestação de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN à alíquota de 5% e à Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP, às alíquotas de 7,6% e 1,65%, respectivamente, e que são apresentados como deduções da receita de serviços na demonstração do resultado.

O imposto de renda e a contribuição social desde o exercício de 2010 vêm sendo apurado com base no lucro real anual, sendo reconhecidos segundo o regime de competência, no resultado do exercício.

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro – CSLL são calculados mensalmente com base no **lucro real estimado**, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% para o IRPJ e 9% para a CSLL.

g) Ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de realização ou de exigibilidade, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e encargos correspondentes.

Os valores realizáveis ou exigíveis no curso do exercício social subsequente estão classificados como ativos e passivos circulantes.

h) Apuração do resultado

O Resultado do Exercício é apurado segundo o regime de competência.

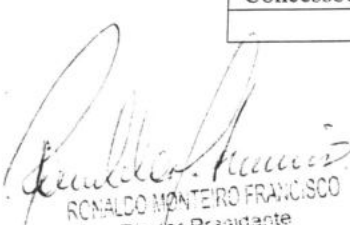
NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

CONTAS	2016	2015
Caixa e Bancos	1.122.963,83	353.661,23
Aplicações Financeiras	9.985.195,23	10.511.032,00
TOTAL	11.108.159,06	10.864.693,23

As aplicações financeiras, em sua maioria, referem-se a cotas do fundo Bradesco Gov PP Referenciado DI Fundo de Investimento.

NOTA 5 – CONTAS A RECEBER

CONTAS	2016	2015
Contas a Receber de Clientes	22.070.227,01	22.150.640,27
Outros Créditos – Cessão de Servidores	6.965.619,31	6.860.065,28
Concessões a Receber	-	847.295,28
TOTAL	29.035.846,32	29.858.000,83


RONALDO MONTEIRO FRANCISCO
Diretor Presidente
CODERTE - Matr.: 29.665
O 4270537-1


Diretor de Administração e Finanças
CODERTE



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Transportes
Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro - CODERTE

A administração está providenciando os necessários estudos e análises das contas a receber para determinar a necessidade de constituição de provisão para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

NOTA 6 – DEVEDORES – ENTIDADES E AGENTES

CONTAS	2016	2015
Desfalques e Desvios	27.000,00	27.000,00
Outras Responsabilidades	426.470,19	426.470,19
Bloqueios Bancários - Judiciais	1.034.641,01	1.034.641,01
Outros Depósitos	3.870,00	3.870,00
Outros Créditos a Receber	1.029.393,12	149.487,28
TOTAL	2.521.374,32	1.641.468,48

NOTA 7 – CRÉDITOS DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES

CONTAS	2016	2015
Imposto de Renda	2.061.224,78	1.790.220,07
Contribuição Social – CSLL	589.675,11	589.675,11
TOTAL	2.650.899,89	2.379.895,18

Os créditos relativos ao imposto de renda e à contribuição social foram apurados no fechamento dos balanços, acrescido do imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e estão apresentados pelo valor original do crédito.

NOTA 8 – INVESTIMENTOS

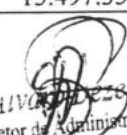
CONTAS	2016	2015
Participações societárias	200.886,10	200.886,10
Fundo de Investimentos – FINAM	173.009,00	173.009,00
TOTAL	373.895,10	373.895,10

Os Investimentos são decorrentes de participações em ações de companhias telefônicas (planos de expansão) e outras participações até em decorrência de imposição legal e aplicações de incentivos fiscais,

NOTA 9 – IMOBILIZADO

CONTAS	2016	2015
Bens Imóveis	30.298.576,28	30.298.576,28
Bens Móveis	768.023,93	768.023,93
(-) Depreciação	(16.392.477,94)	(15.569.249,87)
TOTAL	14.674.122,27	15.497.350,34


RONALDO MONTEIRO FRANCISCO
Diretor Presidente
CODERTE - Matr.: 29.665
ID: 4270537-1


ALVARO DE SOUZA SILVA
Diretor de Administração e Finanças
CODERTE - ID: 4270537-1



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Transportes
Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro - CODERTE

NOTA 10 – CAPITAL SOCIAL

O Capital Social da Companhia, no montante de R\$ 16.872.235,78 está representado por 526.313 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. O Estado do Rio de Janeiro é detentor da maioria dessas ações, conforme demonstração:

ACIONISTAS	QUANTIDADE DE AÇÕES ORDINÁRIAS	PROPORÇÃO EM REAIS	PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL VOTANTE (%)
ESTADO DO RIO DE JANEIRO	526.288	16.871.434,35	99,99525%
MINORITARIOS (12 INVESTIDORES)	25	801,43	0,00475%
TOTAL	526.313	16.872.235,78	100,00000%

A CODERTE não possui ações preferenciais.

NOTA 11 – RESERVAS DE CAPITAL

CONTAS	2016	2015
DOAÇÕES	4.146,00	4.146,00
SUBVENÇÕES DE INVESTIMENTOS	7.660.183,06	7.660.183,06
OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	595.615,88	595.615,88
TOTAL	8.259.944,94	8.259.944,94

O valor de R\$ 7.660.183,06 é referente aos repasses recebidos do Governo do Estado do Rio de Janeiro, como acionista majoritário, em 1995.

NOTA 12 – RESERVA LEGAL

No exercício, não foi constituída Reserva Legal, conforme estabelece o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 37 do Estatuto Social da CODERTE, tendo em vista o Prejuízo Contábil no Exercício de R\$ 2.595.455,69.

Reserva Legal nos períodos de 2009 a 2013, no valor de R\$ 567.493,04, não constituída no SIAFEM, que ora regularizamos no exercício

Ressaltamos que em 31 de dezembro de 2014, esta conta registra o saldo de R\$ 2.798.086,99 Correspondentes a 16,58% (dezesesseis, cinquenta e oito por cento) do Capital Social registrado, não excedendo desta forma os 20% (vinte por cento) do Capital Social, que torna obrigatório a incorporação ao Capital Social, conforme dispõe a legislação que rege a matéria.


RONALDO MONTEIRO FRANCISCO
Diretor Presidente
CODERTE - Matr: 29.395
ID: 4270537-1


Diretor de Administração e Finanças
CODERTE - Matr: 1447433-8



NOTA 13 – REMUNERAÇÃO DOS ACIONISTAS

Deixamos de constituir a provisão para dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado no exercício, conforme dispõe o artigo 202, da lei n.º 6.404/76 e artigo 38 do Estatuto Social da Companhia, em razão de termos encerrado o exercício com Prejuízo Contábil.

NOTA 14 – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Os ajustes de exercícios anteriores, reconhecidos no exercício foram:

NATUREZA DOS EVENTOS	VALOR
Cancelamento RPP – Não Prescrito	3.003,03
Cancelamento de RPP – Não Prescrito	223.890,40
TOTAL	226.893,43

NOTA 15 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

- I. A administração da Companhia por intermédio do Escritório contratado Vieira de Castro & Mansur Advogados Associados, realizou o levantamento das ações nas quais a Companhia figura como autora (polo ativo) bem como ré (polo passivo), nas esferas: tributária, trabalhista e cível, em 31 de dezembro de 2015, em conformidade com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade – CFC N.º 1.180/09, que a provou a NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.
- II. Desta forma, com base na norma citada, procedemos em 31/12/2016, à constituição da Provisão para Contingências Passivas, com base no valor da causa atribuído as ações que figuram no referido levantamento como polo passivo, cujo risco de perda delas pela Companhia foi considerado como **PROVÁVEL**, conforme montantes descritos a seguir:

CONTAS	2016	2015
Provisão para Riscos Trabalhistas	1.067.000,00	961.800,00
Provisão para Riscos Fiscais	5.176.013,49	5.157.910,56
Provisão para Riscos Cíveis	6.091.777,86	2.808.756,48
TOTAL	12.334.791,35	8.928.467,04

Paulo Roberto de Almeida
Diretor de Administração e Finanças
CODERTE - 1441831-6



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Transportes
Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro - CODERTE

III. Além disso, ainda com base no referido levantamento, ressaltamos que a CODERTE figura como ré em ações judiciais de polo passivo, nas esferas Cível, Trabalhista e Tributária, cujo levantamento realizado pelo escritório contratado classifica o risco de perda dessas ações como **POSSÍVEL ou REMOTA**.

- Ações com risco de perda POSSÍVEL - R\$ 2.131.067,32
- Ações com risco de perda REMOTA - R\$ 677.689,16

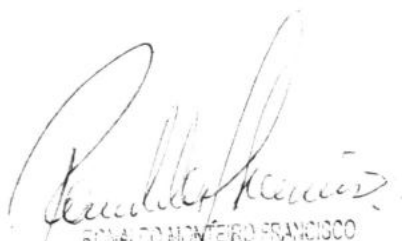
Desta forma, considerando o grau de risco apontado pelo levantamento das referidas ações, não foi constituída a Provisão para Contingências para esses valores, em razão da faculdade contida na NBC TG 25.

IV. Por fim, embora o escritório contratado tenha relacionado às 31 ações da esfera cível, nas quais a Companhia figura como autora, ou seja, polo ativo (Ativo Contingente), segundo a Lei das Sociedades por Ações – FIPECAFI (2000:247) e o item 33 da NBC TG 25, as contingências ativas não são reconhecidas nas demonstrações contábeis, mas devem ser mencionadas em notas explicativas, conforme quadro a seguir:

QUANT.	ATIVO CONTINGENTE (POLO ATIVO)	RISCO DO PROCESSO	VALOR DA CAUSA
10	Ações da Área Cível	PROVÁVEL	451.111,92
12	Ações da Área Cível	POSSÍVEL	4.226.283,98
09	Ações da Área Cível	REMOTA	177.247,03
31	TOTAL		4.854.642,93

NOTA 16 – DEPRECIACÃO

Os critérios utilizados nos cálculos da depreciação das contas do Ativo Imobilizado são: O prazo de vida útil de cada bem e a Taxa Anual de depreciação disposta nos Anexos I e II, da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB nº 162, de 31 de dezembro de 1998.


RONALDO MONTEIRO FRANCISCO
Diretor Presidente
CODERTE - Matr. 29.385
ID 4270537-1


RODRIGO BALLEZA SILVA
Diretor de Administração e Finanças
CODERTE - Matr. 143801-4



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Transportes
Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro - CODERTE

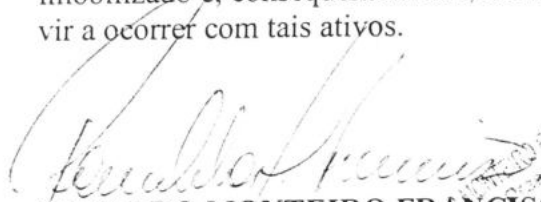
NOTA 17 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

A Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC passou a ser obrigatória em função da Lei N.º 11.638 de 28 de dezembro de 2007, no entanto, as Sociedades Anônimas de Capital Fechado, só estão obrigadas a apresentá-las se o Patrimônio Líquido da empresa, na data do balanço, for superior a R\$ 2.000.000,00, e poderá ser elaborada pelo Método Direto e Indireto.

Neste Exercício a Demonstração do Fluxo de Caixa da Companhia, conforme dispõe a referida lei, foi elaborada pelo Método Indireto.

NOTA 18 – SEGUROS

A Companhia não adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado e, conseqüentemente, assume o risco em relação a eventuais sinistros que possam vir a ocorrer com tais ativos.


RONALDO MONTEIRO FRANCISCO
Diretor Presidente


ÁLVARO BEZERRA SILVA
Diretor de Administração e Finanças


SEBASTIÃO ALVES DE CASTRO
Contador - CRC/RJ N° 035055/O

ÁLVARO BEZERRA SILVA
Diretor de Administração e Finanças
CODERTE - ID: 1447833-8

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos

Acionistas, Administradores e Conselheiros da

**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO E TERMINAIS DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CODERTE**

Examinamos as demonstrações contábeis da **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO E TERMINAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CODERTE**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO E TERMINAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CODERTE** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para emissão do relatório com ressalvas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 5, a companhia, em 31/12/2016, apresentou saldo de contas a receber de clientes no valor de R\$ 22,070 milhões e de outros créditos – cessão de servidores no valor de R\$ 6,965 milhões. Apuramos que na composição das contas a receber existem valores vencidos há longa data e que são de difícil liquidação, os valores de difícil liquidação correspondem, aproximadamente, noventa e cinco por cento do total das contas a receber, ou seja, R\$ 20,966 milhões e de outros créditos – cessão de servidores correspondem, aproximadamente, noventa por cento, ou seja, 6,267 milhões. Consequentemente o ativo circulante da companhia está supervalorizado em R\$ 27,235 milhões, que são os créditos de difícil liquidação não provisionados.

Anteriormente, as práticas contábeis adotadas no Brasil consideravam como aceitáveis as taxas de depreciação fiscais a serem utilizadas para fins contábeis. Com o advento da Lei 11.638/07 e a emissão do pronunciamento técnico contábil CPC 27 - Ativo Imobilizado, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e sua interpretação ICPC 10 e pronunciamento técnico contábil CPC 04 - R1 - ativos intangíveis, as empresas foram requeridas a calcular e registrar a depreciação e amortização de acordo com a expectativa de vida útil dos ativos imobilizados e intangível, sendo que os efeitos dessa revisão de vida útil deveriam ter sido ajustados de forma prospectiva a partir de 01 de janeiro de 2010. Contudo, a administração não determinou as análises para determinação da vida útil dos ativos imobilizados e intangível, e a verificação dos possíveis impactos decorrentes da aplicação desse procedimento

contábil referente a rubrica "Imobilizados". Consequentemente, não foi possível satisfazer-mos, por meio de outros procedimentos de auditoria, caso a Companhia tivesse revisado a vida útil de seus ativos imobilizados e intangíveis, dos eventuais efeitos, sobre o saldo de depreciação acumulada e amortização acumulada registrados no ativo não circulante, no valor de R\$ 16,392 milhões, e da despesa de depreciação e amortização registradas no resultado do exercício no valor de R\$ 823 mil.

A Administração da companhia não efetuou o teste de recuperação dos valores registrados no imobilizado, intangível e diferido (teste de impairment), bem como a determinação das novas taxas de depreciação, do valor residual e do tempo de vida útil remanescente descrito no CPC 27, com o objetivo de assegurar que os citados ativos não estejam registrados por valores superiores àqueles passíveis de serem recuperados no tempo pelo uso nas operações da entidade ou pela sua venda. O cálculo da depreciação não foi efetuado conforme as normas contábeis vigentes. Consequentemente não foi possível mensurar os efeitos da não adoção do CPC 27 e ICPC 10 no resultado do exercício e no patrimônio líquido.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



CONTROL AUDITORIA E CONTABILIDADE EPP

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

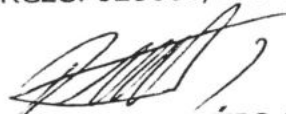
Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de julho de 2017



CONTROL AUDITORIA E CONTABILIDADE EPP
CRC2SP023880/O-7 S "RJ"


ROBERTO ARAÚJO DE SOUZA
CTCRC1SP242826/O-3 S "RJ"
Sócio Responsável